O QUE MUDA NA **EDUCAÇÃO**

Cibelle Colmanetti e Ricardo Mendes Da equipe do Correio

educação pública no Distrito Federal mudará no ano 2000. Depois de onze meses de 🖊 💄 mandato, o governo Joaquim Roriz (PMDB) teve tempo para rever o que foi feito pela gestão Cristovam Buarque (PT) e mexer em vários programas da gestão anterior. O fim da eleição para diretores de escola, o congelamento da Bolsa-Escola e a extinção da Escola Candanga.

Houve alguns recuos, é certo. O jardim de infância, por exemplo, foi mantido depois das críticas em resposta à decisão de não abrir novas turmas para o primeiro e o segundo período. Houve ainda projetos reativados depois de quatro anos na gaveta.

Aos poucos, as modificações vão moldando a administração escolar ao estilo da nova secretária de Educação, Eurides Brito. Centralizadora, ela sempre questionou decisões do governo do PT e

nunca fez segredo de sua aversão à gestão democrática nas escolas. Logo que assumiu o cargo, decidiu avaliar os programas, encomendando provas e pesquisas. Com os resultados, elaborou a política educacional para o próximo ano.

A convite do Correio, dois especialistas em Pedagogia, Rogério Córdova — vice-diretor da Faculdade de Educação da UnB — e Isaura Belloni — pesquisadora associada da Faculdade de Educação da UnB e ex-diretora da Fundação Educacional do Distrito Federal — comentaram as novas medidas. Em geral, concluíram que o governo preferiu extirpar programas reconhecidos nacionalmente a aperfeiçoá-los. "Em educação, a continuidade é muito importante", diz Isaura.

Os dois também fizeram elogios à meta de universalizar o acesso à educação infantil e à integração dos portadores de necessidades especiais em escolas regulares.

A seguir, o que muda no ensino público do Distrito Federal a partir do ano que vem.

ESCOLHA DE DIRETORES DAS ESCOLAS

Em 1995, os diretores passaram a ser eleitos diretamente pelos estudantes, pais, professores e servidores de cada escola. Além dos professores, os auxiliares escolares também podiam concorrer desde que tivessem curso superior e fossem candidatos à direção de escolas de ensino fundamental. A extinção do processo foi sugerida pelo Executivo e aprovada em setembro pela Câmara Legislativa.

COMO SERÁ

A partir de 2000, os diretores voltarão a ser indicados pelo governo, a partir de uma lista tríplice. Poderão concorrer professores com pelo menos cinco anos na Fundação Educacional, três deles em sala de aula. Cada candidato fará um curso preparatório antes de passar por uma prova escrita, uma revisão de seu currículo e uma análise de sua proposta pedagógica. Será exigida licenciatura em Pedagogia-Administração Escolar ou especialização em Gestão da Escola Pública.

A mudança tira da comunidade o direito de escolher o diretor e de analisar as diferentes propostas pedagógicas, que serão estudadas apenas pela Secretaria de Educação. Para Rogério Córdova, é uma perda. "A eleição reconhece na comunidade a capacidade de opinar e controlar a política de educação escolar", afirma. "É uma questão de cidadania.

Isaura Belloni, que participou da elaboração de projetos como a Bolsa-Escola entre 1995 e 1996, lembra que a eleição indireta não leva em conta a liderança. "Mais importante do que um diploma em gestão escolar é a boa relação do diretor com os professores, servidores, alunos e pais.'

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Alunos portadores de deficiências mentais, físicas ou sensoriais estudam em centros de ensino especial. O governo passado deu início à integração desses estudantes a classes regulares ou turmas especiais de até 12 alunos em escolas tradicionais.

A partir do ano que vem, algumas escolas regulares receberão alunos das especiais em caráter experimental. A intenção é integrar os deficientes. Os casos mais complicados, avaliados por professores, pedagogos e psicólogos, continuarão concordância dos pais por escrito. A decisão reflete uma tendência mundial de socializar crianças com necessidades especiais. Quando bem feita, a inclusão beneficia também os não-deficientes, que convivem com a diferença e perdem o preconceito. Córdova elogia a idéia de consultar os pais. "A consulta à sociedade deveria ser uma prática constante", argumenta. "Deveria ter ocorrido, por exemplo, para verificar a aprovação a outros programas governamentais."

DEPENDÊNCIA E RECUPERAÇÃO PARALELA

COMO É

Aluno reprovado em até duas disciplinas pode avançar de série, desde que reveja os respectivos conteúdos sob orientação do professor, que avaliará se ele superou as deficiências e frequentou 75% das aulas de recuperação.

COMO SERÁ

A dependência continuará, mas a Secretaria estuda projeto de lei propondo que a aprovação do aluno dependa de avaliações de desempenho.

CURRÍCULO

Os professores têm uma lista de conteúdos a ser ministrada aos alunos de cada série. A carga diária de aulas no ensino fundamental (1ªa 4ªsérie) é de quatro horas no ensino seriado e de cinco horas no não-seriado (Escola Candanga). Da 5ªà 8ªsérie, os alunos têm 25 aulas semanais. No ensino médio, 15% das escolas têm 30 aulas a cada semana — as demais, 25 aulas. No ensino médio noturno, a matrícula é por disciplina.

COMO SERÁ

Baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação





ESCOLA CANDANGA

Em vez de oito séries, os alunos do ensino fundamental cursam três fases, com turmas por faixa etária — 6 a 8 anos, 9 a 11, e 12 a 14. A terceira fase nunca chegou a ser implementada, mas as duas primeiras funcionavam, no ano passado, em 270 das 310 escolas de ensino fundamental. Não há reprovação: os estudantes avançam à medida em que evoluem em cada disciplina e o fracasso em uma matéria não implica atraso nas demais. A carga horária dos alunos

1996, esse modelo atinge quase um terço das escolas e 79.509 dos 165.868 alunos do ensino fundamental. Temas como direitos humanos, sexualidade e combate às drogas são discutidos em sala de aula.

COMO SERÁ

Acaba a Escola Candanga. Seus alunos voltarão para o ensino seriado, mas ainda terão cinco horas de aula por dia. O novo modelo foi extinto em algumas escolas ainda no início de 1999. José Edmar Queiroz, 28 anos, matriculou seu filho Calil (foto), de 6 anos, na 1ªfase da Escola Candanga, em Ceilândia. Um mês depois, viu o menino voltar para as aulas tradicionais. "Escolhi a Escola Candanga porque Calil estudaria cinco horas diárias, ficaria numa turma com col

da mesma faixa etária", conta Edmar. "Além disso, a proposta pedagógica era muito mais rica e sua professora teria tempo para elaborar as aulas, pois não seria obrigada a assumir outra turma". Morador da Colônia Agrícola de Samambaia, o professor de Filosofia fica revoltado porque o modelo foi mantido no Plano Piloto. Com outros pais, ele entrou com uma representação no Ministério Público pedindo a continuidade das cinco horas de aulas por dia. Segundo Isaura Belloni, o projeto da Escola Candanga não foi imposto. Como as escolas puderam escolher se o adotariam, a comunidade acadêmica realmente teria se envolvido. "Acabar com o programa de modo autoritário é desconsiderar o compromisso dos

(Lei 9394/96), na legislação local, o currículo mudará seu foco seguindo as diretrizes do Ministério da Educação. Em vez de determinar que os professores cumpram uma lista de conteúdos fixos, exigirá que os alunos aprendam competências em cada área. Essa concepção também muda o número de horasaula semanais, instituindo as cinco horas diárias entre a 1ªe 4ªsérie e as seis horas da 5ªsérie ao fim do ensino médio. Entre a 5ªe 8ªséries, a Língua Portuguesa perderá uma aula por semana (de cinco, passarão a quatro). Mas as escolas podem oferecer disciplinas adicionais, como a Produção de Textos, que ocuparão duas aulas por semana.

BOLSA-ESCOLA

COMO É

Iniciado em 1995, o programa paga um salário mínimo às famílias com renda de abaixo de R\$ 65 e que mantêm os filhos de 7 a 14 anos na escola pública com freqüência em pelo menos 90% das aulas. O principal objetivo é combater o trabalho infantil e a evasão escolar. Os beneficiados devem morar no DF há pelo menos cinco anos. O dinheiro é entregue às mães ou responsáveis. Em dezembro, o bolsista que passa de ano recebe a Poupança-Escola - com o depósito de um salário mínimo em uma conta bancária em seu nome. Quando concluir a 4ª série, ele pode sacar metade do saldo acumulado. Ao fim da 8ª série, pode retirar 50% do que restou na poupança. Se terminar o ensino médio, pode tirar

COMO SERÁ

As 25 mil famílias beneficiadas continuarão no programa, que não será ampliado, assim como a Poupança-Escola. Como já ocorria, elas perderão a Bolsa-Escola à medida em que deixarem de cumprir as exigências de renda ou idade. Em 2000, será

instituído outro programa, o Sucesso no Aprender. Em vez de dinheiro, as famílias de baixa renda com filhos na escola receberão material escolar, uniforme, assistência nutricional e médicoodontológica às crianças; além de cestas básicas. A intenção é atingir 55 mil crianças de 7 a 14 anos até 2002 nas mesmas cidades onde há Bolsa-Escola -Varjão, Paranoá, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Sobradinho, Planaltina, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas. Os dois especialistas são unânimes: trocar o dinheiro por material escolar e comida retira da família a opção de investir no que achar melhor. Para Córdova, doar material escolar às famílias carentes é uma obrigação do governo e pode não mobilizar pais e mães para a educação. "O novo projeto é ainda mais assistencialista", completa Isaura. "A renda ganha com a Bolsa-Escola tinha um impacto positivo na economia local, o que acabará". As mães estão preocupadas. Muitas, como Auristela Santos Gomes, têm medo de ser excluídas do projeto. Aos 31 anos, a manicure não sabia que o programa continuaria. "Estou aliviada, se não ganhasse a Bolsa-Escola, seria difícil cuidar dos meus filhos". Ambos sem emprego fixo, Auristela e o marido moram "de favor", não têm telefone nem televisão. Há três anos, ela pediu a bolsa para seus três filhos, de 7 a 10 anos de idade. Para a mãe, a cesta oferecida pelo novo programa não será suficiente. "Essa cesta não vem com remédio nem com sapato."

A ESCOLA BATE À SUA PORTA / VISITADOR ESCOLAR

COMO É

Os programas de combate à evasão escolar foram instituídos em 1993 por Eurides Brito e extintos em 1995 pelo governo Cristovam, que apostou na Bolsa-Escola como alternativa.

COMO SERÁ Os programas voltarão no ano que vem. Encerrado o período regular de matrículas, voluntários visitarão as casas buscando crianças não matriculadas. É o programa A Escola Bate à Sua Porta. Haverá ainda o Visitador Escolar, com voluntários indo às residências de alunos faltosos sem justificativa para

O programam é simpático ao vice-diretor Rogério Córdova, pois estimula o contato entre escola e comunidade. Ele frisa que os próprios professores deveriam ir às casas dos alunos.

TURMAS DE REINTEGRAÇÃO / ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As turmas ajudam os alunos que repetiram de ano ou abandonaram a escola duas vezes ou mais a recuperar o tempo perdido. Usa-se material didático específico aplicado por professores treinados.

COMO SERÁ

As turmas de reintegração serão substituídas por classes de Aceleração da Aprendizagem, com até 25 alunos e regime de cinco horas diárias. Os 19 mil estudantes nessa situação poderão avançar duas séries por ano. Em 2000, a experiência se limitará às turmas de 1ªà 4ªsérie.

EDUCAÇÃO INFANTIL

COMO É

Em 1997 e 1998, as crianças de seis anos foram matriculadas na Escola Candanga, criando novas vagas de pré-escola para o primeiro e o segundo período (4 e 5 anos de idade). De 1994 a 1998, as